

A tendência da devastação

Categories : [Reportagens](#)

A estratégia do governo federal de mobilizar grandes efetivos do Exército, Polícia Federal e do Ibama para conter o desmatamento na Amazônia parece ainda não surtir efeito. Desde janeiro, mês em que a megaoperação Arco de Fogo chegou aos municípios campeões em devastação, a derrubada de árvores não cessou. Pelo contrário, a destruição recrudesceu. De acordo com Instituto do Meio Ambiente e do Homem da Amazônia (Imazom), no primeiro trimestre, apesar das chuvas, imagens de satélite revelaram que no Pará e Mato Grosso o total de áreas desmatadas foi mais do que o dobro do mesmo período do ano passado.

O Imazon, através de seu Sistema de Acompanhamento do Desmatamento (SAD), indicou que a soma das áreas devastadas nos dois estados passou de 77 km² no ano passado para 214 km² em 2008. O Mato Grosso responde por boa parte deste total, ou 149 km². Apesar disso, no acumulado desde agosto (mês em que se inicia a contagem anual do desmatamento) o estado apresenta redução de 16% em comparação ao mesmo período (agosto-março) de 2007.

No Pará a situação é mais complicada. Embora o tamanho dos polígonos de desmatamento seja inferior ao vizinho Mato Grosso, o ritmo da devastação está claramente acelerado. Nos três primeiros meses, o estado atingiu um total de 65 km², índice duas vezes maior do que no ano passado. Já no acumulado de agosto a março, o salto é de 76%, ou 1362 km² devastados. A razão para tanto é que o combate à ilegalidade no Pará tem sido bastante focado no setor madeireiro. Todos os planos de manejo no estado foram suspensos pelo Ibama. Isso, entretanto, só deve trazer resultados no médio prazo. “Se o governo quiser resultados no curto prazo, tem que enfrentar a pecuária”, analisa o pesquisador do Imazon, Adalberto Veríssimo.

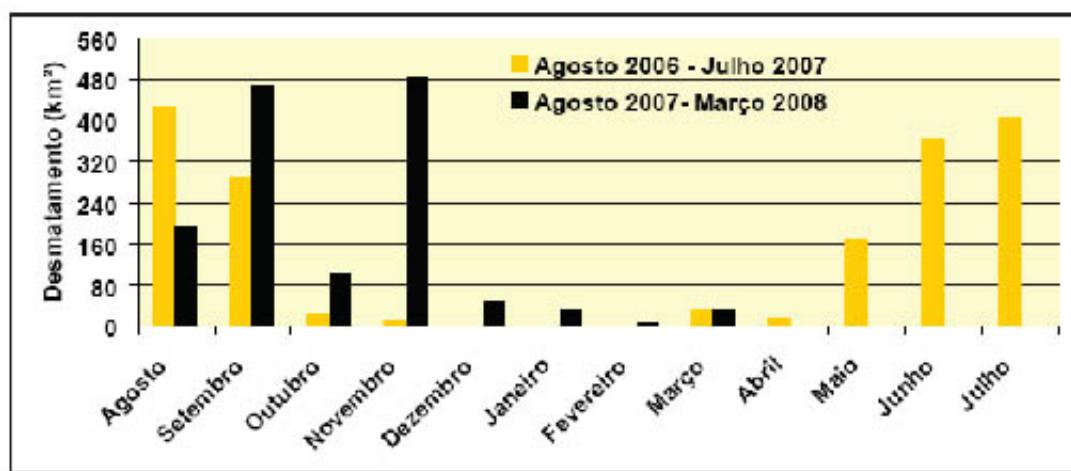


Figura 1. Desmatamento mensal de agosto de 2006 a março de 2008 no Pará (SAD Imazon).

Outro ponto lembrado por ele é a dimensão territorial do Pará: equivalente a toda região Sudeste do país. Portanto, ações localizadas do governo em municípios como Tailândia e [Paragominas](#) podem até ter “efeito psicológico”, mas não vão resolver o problema do estado. “Ainda é cedo para avaliar os impactos das operações do governo, mas eu diria que eles não estão agindo nos municípios críticos”, pondera Veríssimo. A lista do Imazon identifica São Felix do Xingu e Cumaru do Norte como as cidades paraenses que mais desmataram nos últimos oito meses, locais em que a Arco de Fogo ainda não apareceu. A projeção do Imazon para os dados consolidados do desmatamento, que são divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) em julho, é de que as taxas no Pará serão bem maiores do que no ano passado.

No Mato Grosso, a perspectiva é de que o índice final indique estabilidade em relação a 2007. Ainda assim o quê chama atenção no levantamento do Imazon é o dado de que 94% dos desmatamentos ocorridos são ilegais e em terras privadas, indicação da falha do sistema de licenciamento do governo do estado. De acordo com os dados do SAD, alguns dos municípios que mais desmataram no primeiro trimestre no Mato Grosso foram alvos de ações do governo federal. Entre eles Querência e Marcelândia.

O secretario de Meio Ambiente do Mato Grosso, Luiz Henrique Daldegan, acha que a discussão sobre os números do primeiro trimestre é inócuia. Para ele o dado importante é que no acumulado o Mato Grosso teve uma redução de 16%. “Temos que lembrar que o desmatamento caiu de 25 mil km² para 11 mil km² nos últimos anos. Não adianta fazer barulho com qualquer dado novo que sai. Vamos discutir o desmatamento quando houver o número do Prodes”, diz o secretário em referência ao monitoramento do INPE que usa imagens de melhor definição e consolida a taxa de desmatamento.

Daldegan afirma que as informações divulgadas pelo Imazon serão checadas em campo, [assim como foram feitas com as informações do Sistema de Detecção em Tempo Real do INPE \(Deter\), anunciadas em janeiro](#). Em sua avaliação, se o avanço do desmatamento for confirmado no estado, será prova de que o governo federal errou em sua estratégia. “Só comando e controle não vai resolver, todo mundo está fiscalizando e ainda assim aumenta. Cadê a agenda da sustentabilidade do Ministério do Meio Ambiente, a agenda positiva de recuperação de área degradadas, de pagamento de serviços ambientais, sem isso não vamos resolver”, reclama.

Veríssimo, do Imazon, aponta que a restrição do crédito aos proprietários e empresas que cometeram crime ambientais, conforme aprovado no Conselho Monetário Nacional, no mês de março, é um instrumento de controle mais efetivo adotado até o momento pelo governo federal. “Operação policial pode até causar efeito psicológico, mas tem impacto local”, pondera.